**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO REGIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL (CRADS) – PONTA DELGADA, 12 DE DEZEMBRO DE 2016**

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas onze horas, na “Sala Congro” do Teatro Micaelense, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, reuniu o Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, abreviadamente designado por CRADS, em sessão ordinária, de acordo com o artigo 47º do Decreto Legislativo Regional nº 19/2010/A, de 25 de maio, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Tomada de posse de membros do CRADS;

2 – Aprovação da ata da reunião do CRADS de 19 de abril de 2016;

3 – Apresentação dos principais objetivos e medidas previstas no Programa do XII Governo dos Açores, nas áreas de competência do CRADS, concretamente: conservação da natureza e biodiversidade, ordenamento do território, gestão dos recursos hídricos, gestão dos resíduos e alterações climáticas;

4 – Informação sobre o estado de implementação do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), incluído o ponto de situação das medidas de redução do consumo de sacos de plástico, incluindo a taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico distribuídos no comércio a retalho;

5 – Apresentação dos trabalhos de avaliação e de alteração dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas (POBHLF) e das Sete Cidades (POBHLSC);

6 – Apresentação dos trabalhos de elaboração do Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC);

7 – Audição do CRADS sobre os eventuais critérios a considerar na identificação e avaliação da capacidade de carga e da pressão do uso e fruição das áreas sensíveis incluídas nos Parques Naturais dos Açores, com vista à sua melhor regulação para proteção ambiental e da paisagem;

8 – Apresentação E análise do Relatório Anual do Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2015;

9 – Apresentação sobre os trabalhos de análise e acompanhamento dos trabalhos de reabilitação para a melhoria da situação ambiental envolvente aos furos de abastecimento de água do concelho de Praia da Vitória;

10 – Outros assuntos.

Eram precisamente onze horas quando a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, Marta Isabel Vieira Guerreiro, na qualidade de Presidente do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CRADS), procedeu à abertura dos trabalhos.

Seguiu-se a verificação das presenças, conforme consta da listagem em anexo à presente ata.

Verificado o quórum, nos termos do nº 4 do artigo 48º do Decreto Legislativo Regional 19/2010/A, de 25 de maio, deu-se conta dos conselheiros que justificaram a sua ausência, concretamente:

- Maria José Gomes, representante do Conselho Coordenador do Sistema Educativo;

- Carla Capela, Representante da AZORICA;

- Décio Santos, Representante da AJITER;

- Carla Dâmaso, Representante do Observatório do Mar dos Açores.

Precedendo a entrada na agenda da reunião, a Presidente do CRADS agradeceu a presença dos conselheiros, notando que se trata de um órgão que tem como objetivo o acompanhamento das politicas públicas nas matérias do ambiente e da sustentabilidade, sendo importante conhecer a opinião dos conselheiros com vista à conciliação de posições.

A Presidente referiu ainda que, em função dos assuntos em apreciação, participam nos trabalhos, sem direito a voto e de acordo com o nº 3 do artigo 41º do Decreto Legislativo Regional nº 19/2010/A, de 25 de maio, o Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Jorge, a Presidente do Conselho de Administração da AZORINA, S.A., Andrea Porteiro, o Inspetor Regional do Ambiente, Francisco Medeiros, o Adjunto do Gabinete da SREAT, Rui Monteiro, a Diretora de Serviços de Qualidade Ambiental, Sónia Santos, a Diretora de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território, Dina Medeiros, e a Coordenadora da Divisão de Ordenamento do Território, Melânia Rocha.

De seguida passou-se à agenda da reunião:

**Ponto um - Tomada de posse de membros do CRADS.**

Neste ponto, a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, na qualidade de Presidente do CRADS, conferiu a posse aos Conselheiros João Medeiros, representante da Azulinvade, Ana Carvalho, representante da Gê-Questa, Rafael da Silva, representante da Autoridade Marítima, José Miguel Toste, representante da Secretaria Regional da Saúde, tendo sido assinados os respetivos termos de posse, depois de lidos pela secretária geral do CRADS.

**Ponto dois - Aprovação da ata da reunião do CRADS de 19 de abril de 2016.**

Neste ponto e considerando que a ata da última reunião do CRADS fora previamente enviada a todos os Conselheiros, através de correio eletrónico, e disponibilizada no sitio na Internet do CRADS, a Presidente propôs que fosse dispensada a respetiva leitura, o que mereceu a aprovação unânime do Conselho.

Colocado o conteúdo da ata à consideração do Conselho, não foi manifestada qualquer objeção ou apresentada qualquer proposta de alteração à sua redação.

Submetida a ata à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

**Ponto três - Apresentação dos principais objetivos e medidas previstas no Programa do XII Governo dos Açores, nas áreas de competência do CRADS, concretamente: conservação da natureza e biodiversidade, ordenamento do território, gestão dos recursos hídricos, gestão dos resíduos e alterações climáticas.**

A Presidente do CRADS começou por fazer uma breve nota de enquadramento da criação da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo (SREAT), abrangendo estas 3 áreas distintas, que são absolutamente determinantes na afirmação da estratégia de desenvolvimento sustentável da Região Autónoma dos Açores.

De seguida, a Presidente fez uma breve apresentação dos principais objetivos e medidas previstas no Programa do XII Governo dos Açores, que fora enviado a todos os Conselheiros por correio eletrónico, focando-se nas áreas de competência da SREAT abrangidas pelo âmbito do CRADS, nomeadamente nos domínios da conservação da natureza e biodiversidade, do ordenamento do território, da gestão dos recursos hídricos, da gestão dos resíduos e das alterações climáticas.

Na ocasião, registou o facto de os Açores serem hoje amplamente reconhecidos pelo elevado valor do seu património natural e pela qualidade ambiental das nossas ilhas, o que realça a importância da aposta num turismo de natureza sustentável.

A Presidente do CRADS destacou o modelo de gestão integrada das áreas protegidas, através dos Parques Naturais de Ilha, que permite uma abordagem coerente das áreas protegidas e da conservação da natureza, passando uma importante imagem de maturidade para o exterior, que tem sido bem complementada com classificações internacionais de zonas ambientais relevantes, dando como exemplo a recente designação da Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge.

Salientou, ainda, o reforço e ampliação da rede de centros ambientais, uma vez que estes asseguram uma maior projeção das áreas ambientais protegidas e do património cultural e natural, sendo cada vez mais espaços privilegiados de divulgação do conhecimento e de desenvolvimento de atividade de animação e lazer.

Destacou a intenção de desenvolver um conceito próprio para o turismo de natureza abrangendo estabelecimentos, atividades e serviços de animação turística e ambiental instalados ou desenvolvidos em áreas protegidas e o objetivo de implementação de uma rede de observação de aves nos Açores, promovendo um turismo ornitológico sustentável e responsável, face à crescente importância que a observação das aves tem por todo o mundo.

Para a Secretária Regional, os objetivos de sustentabilidade associados ao valor patrimonial da Natureza exigem, face à sensibilidade de alguns ecossistemas e áreas protegidas, uma monitorização permanente e um controlo efetivo das suas principais ameaças, nomeadamente a pressão antrópica e a dispersão das espécies invasoras.

Neste quadro ganha relevância a elaboração dos planos de gestão dos Parques Naturais e os planos de ação das Reservas da Biosfera, bem como adoção de regulamentos de acesso, e estabelecimento de capacidade de carga para determinadas áreas protegidas, sendo que, conforme está assumido no Programa do XII Governo dos Açores, esses instrumentos serão construídos e implementados em diálogo estreito e permanente com os sectores interessados, incluindo o CRADS.

Relativamente à gestão dos resíduos que, de acordo com a governante, constitui um dos eixos fundamentais da estratégia de desenvolvimento sustentável dos Açores, a reutilização rentável dos produtos numa perspetiva circular da economia é algo que se encontra definitivamente na nossa agenda, salientando o facto de, em poucos anos, os Açores terem passaram da parte de trás do pelotão para a linha da frente na valorização de resíduos urbanos em Portugal.

Quanto às alterações climáticas e considerando o desafio com que nos deparamos, a Secretária Regional entende que os Açores devem encarar este processo como uma oportunidade de reconfirmação tecnológica assegurando a competitividade e a sustentabilidade em sectores críticos incluindo o mercado emergente das tecnologias verdes, por forma a equacionar resposta para questões fundamentais de segurança alimentar e energética, de salvaguarda de pessoas e bens, e quanto às politicas de utilização dos solos e mobilidade. Para a governante é com este objetivo que está em curso o processo de elaboração Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), que deverá ser concluído durante o ano de 2017.

No que respeita aos recursos hídricos, a Secretária Regional fez menção à sua importância estratégica, o que reclama uma gestão sustentável assente em regras e procedimentos que promovam uma boa utilização e a sua preservação qualitativa e quantitativa.

Manifestou a intenção de concluir a instalação da Rede Hidrometeorológica dos Açores, assegurando o conhecimento atempado do ciclo hidrológico com precisão rigorosa das disponibilidades hídricas ao mesmo tempo que nos vai permitir generalizar um sofisticado sistema de alerta de riscos, nomeadamente movimentos de massas acautelando a segurança de pessoas e bens face à ocorrência de cheias e inundações.

Aludiu ao objetivo de revisão do Plano Regional da Água (PRA) e do Plano de Gestão da Região Hidrográfica (PGRH-Açores).

Já quanto às lagoas, que considerou elementos marcantes das nossas paisagens sujeitos, ao longo dos anos, a pressões de que resultaram processos de profunda degradação da qualidade das massas de água, destacou a importância dos planos de ordenamento das bacias hidrográficas das lagoas (POBHL), com base nos quais foi possível desencadear processos de recuperação do estado estado trófico, destacando as Furnas e as Sete Cidades, onde, apesar da evolução positiva da qualidade destas águas ao ponto de terem atingido o seu melhor estado trófico nos últimos anos, ainda há um longo caminho a percorrer.

De acordo com a governante, será dada prioridade à Lagoa das Furnas, que permanece eutrofizada, desenvolvendo ações que visam atuar sobre a origem dos nutrientes que afluem à massa de água, até porque os estudos indicam que continua a existir uma elevada concentração de nutrientes nos solos da bacia drenante.

A terminar a intervenção neste ponto da agenda, a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, aludiu à importância do conhecimento para a afirmação de uma cidadania ativa incluindo uma efetiva cidadania ambiental, comprometendo-se com uma estratégia regional de educação e sensibilização para as questões ambientais e do desenvolvimento sustentável.

Terminada a sua apresentação, a Presidente do CRADS abriu o espaço para a discussão no âmbito deste ponto da agenda de trabalhos.

Tomou a palavra o conselheiro Paulo Barcelos, da associação Os Montanheiros, que, quanto à estrutura orgânica do XII Governo dos Açores, começou por manifestar estranheza pelo facto da Direção Regional dos Assuntos do Mar (DRAM) não ter sido integrada na atual SREAT.

O conselheiro Paulo Barcelos, no âmbito da apreciação do Programa do Governo, solicitou esclarecimentos sobre a Linha SOS Ambiente, a rede de monitorização qualidade do ar e a intenção de disponibilizar em tempo real da respetiva informação, a problemática das térmitas e do seu controlo ou erradicação, a recuperação ambiental e paisagísticas de explorações de inertes abandonadas, a intenção de implementar corredores ecológicos e a sua manutenção por forma a assegurar a sua funcionalidade, a reinstalação do Banco de Sementes dos Açores, aos Centro de Reabilitação de Aves Selvagens, a perspetiva de conclusão da Rede Regional de Centros Ambientais, o regime de classificação e salvaguarda das cavidades vulcânicas, a manutenção e promoção da rede de trilhos pedestres, o Orquidário dos Açores, os conselhos consultivos dos Parques Naturais, a elaboração das cartas de desporto na natureza, a formação dos guias dos Parques Naturais, e a conciliação do plano de ordenamento do turismo com os demais instrumentos de gestão do território, nomeadamente no que respeita à conservação da natureza.

Por último, aludiu aos processos de avaliação e alteração dos planos de ordenamento da orla costeira e de outros instrumentos de gestão territorial, sublinhando a importância das organizações não-governamentais poderem emitir parecer sobre os mesmos, e mostrou satisfação relativamente à intenção de revisão da composição e funcionamento do CRADS, dotando o Conselho de uma componente participativa mais abrangente.

De seguida, foi concedida a palavra o conselheiro Mário Reis, representante da ACRA, que, acompanhando a intervenção do conselheiro Paulo Barcelos, pediu que os esclarecimentos fossem prestados ponto por ponto, dada a importância e abrangência da mesma.

O conselheiro Diogo Caetano, representante da associação Amigos dos Açores, tomou a palavra para questionar se, face ao plasmado no Programa do Governo, a elaboração dos planos de gestão dos Parques Naturais e das cartas de desporto na natureza vai ser desenvolvida globalmente para todos os Parques Naturais ou pode ter calendarizações distintas para cada Parque Natural.

Relativamente ao controlo de espécies invasoras, o conselheiro Diogo Caetano questionou se o que se pretende é elaborar uma nova estratégia de longo prazo ou manter a estratégia do programa Precefias, implementado nos últimos anos.

Por último, pediu esclarecimentos sobre a política de prevenção dos resíduos, já que os Amigos dos Açores entendem que tem sido feito pouco nos últimos anos, com exceção das medidas relativas aos sacos de plásticos.

O conselheiro Virgílio Cruz, representante da Universidade dos Açores, usou da palavra para se congratular com a criação da SREAT e, genericamente, com as medidas do Programa do Governo relativas ao Ambiente, embora entenda que o mais importante será o orçamento que venha a ser alocado à questões ambientais nos Planos de Investimentos.

Tomou de seguida a palavra o representante da QUERCUS, Rui Coutinho, propondo que nas reuniões do CRADS sejam usados jarros de água em vez de garrafas de plástico.

O conselheiro Joaquim Teodósio, representante da SPEA, aludindo à questão das espécies invasoras, quer flora quer fauna, notou que, para além da vertente de controlo e recuperação, é importante desenvolver uma vertente de prevenção. O representante da SPEA entende, ainda, que no âmbito da futura revisão da constituição do CRADS devem ser incluídas outras áreas como a agricultura, pescas, florestas e assuntos do mar, o que seria importante para o Conselho cumprir cabalmente a grande tarefa que tem em mãos.

Neste ponto da agenda, usou também da palavra a conselheira Ana Carvalho, representante da GÊ-Questa, referindo que relativamente à redes de trilhos concordam com a manutenção da estrutura atual, mostrando alguma preocupação com a eventual diversificação, pois a criação de novos trilhos deve ter em atenção a existência de áreas protegidas de maior sensibilidade, que não podem ser abertas ao uso sem o acompanhamento obrigatório de entidades/empresas parceiras dos Parques Naturais que tenham guias certificados.

De seguida usou da palavra, a Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo para prestar os esclarecimentos relativos às questões levantadas.

A governante começou por aludir ao facto dos assuntos do mar não fazerem parte da estrutura da SREAT, notando que tal não inviabiliza que, sempre que se mostre necessário, em função dos temas em discussão, poderá ser provocada a respetiva participação nas reuniões do CRADS.

Relativamente à Linha SOS Ambiente, a Secretária Regional informou que a intenção é aproveitar a infraestrutura da atual linha SOS Aves, conferindo-lhe um âmbito mais abrangente e assegurando um atendimento permanente e o encaminhamento imediato das situações reportadas para os serviços operativos competentes.

Relativamente à rede monitorização da qualidade do ar foi dado nota de que, atualmente, existem 3 estações nos Açores – uma estação rural de fundo, no Faial, e duas estações urbanas em São Miguel, sendo um urbana de fundo, em Ponta Delgada, e uma urbana de tráfego, na Ribeira Grande. A estação rural de fundo do Faial é a única cujos dados são disponibilizados ao público, através do portal QUALAR, gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Face às lacunas de funcionamento do QUALAR e atendendo que o Governo dos Açores considera importante assegurar a disponibilização pública dos dados de todas as estações, serão efetuados melhoramentos e o eventual alargamento da atual rede, garantido a disponibilização online e em tempo real dos dados recolhidos pelas diversas estações.

Quanto às térmitas, foi referido pela Secretária Regional que existem situações bastantes distintas nas diferentes ilhas e mesmo dentro da mesma ilha. Assim, o nível de infestação por térmitas da madeira seca nos centros urbanos de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta é de tal ordem que será muito difícil promover a respetiva erradicação, daí que a ação do Governo Regional e das Autarquias deve incidir na descontaminação e na contenção do alastramento a áreas limítrofes destes centros urbanos, evoluindo, a prazo, para uma diminuição progressiva das áreas contaminadas. Por outro lado, é possível promover uma descontaminação geral das zonas infetadas pela térmita da madeira seca nas ilhas do Pico, São Jorge e Santa Maria, perspetivando a sua possível erradicação.

No que respeita às térmitas subterrâneas existem indícios que estas podem ser erradicada no Bairro de Santa Rita, na Praia da Vitória, e está em curso um projeto de contenção e redução das mesmas na cidade da Horta.

Quanto à recuperação ambiental e paisagísticas de explorações de inertes abandonadas, a Secretária Regional referiu que, depois da falta de regulação e ordenamento do passado, hoje todas as explorações estão legalizadas e tem aprovados planos de recuperação ambiental e paisagística. A governante referiu-se, ainda, à importância do plano setorial para as atividades extrativas e ao facto de terem sido impostas recuperações ambientais e paisagísticas no âmbito de processos de contraordenação por exploração ilegal e não licenciada.

Acerca da intenção do Governo dos Açores de implementar corredores ecológicos, a Secretária Regional referiu que estes visam ligar duas áreas protegidas, com vista a promover o fluxo das espécies de flora entre elas, sendo que neste momento está a ser desenvolvida uma experiência piloto na ilha Terceira.

Quanto ao Banco de Sementes dos Açores, a governante informou que o mesmo será reinstalado num novo espaço, no âmbito das obras de ampliação do Jardim Botânico do Faial, conferindo-lhe maior capacidade e melhores condições de trabalho para os respetivos colaboradores, bem como para desenvolver um banco de geoplasma de espécies agrícolas tradicionais.

Relativamente à Rede Regional de Centros Ambientais, a Secretária Regional informou que está prevista a construção da Casa dos Vulcões, no Pico, a requalificação da Fábrica da Baleia do Porto Pim, no Faial, bem como a remodelação do Centro de Interpretação e Monitorização das Furnas (CMIF), passando a ter um novo espaço exposição, dedicado à recuperação das bacias hidrográficas das lagoas de São Miguel.

Está, também, prevista a conclusão do Orquidário dos Açores, que albergará uma coleção de cerca de 7.000 orquídeas de mais de 700 espécies, oferecida por um casal finlandês, sendo que parte da coleção, cerca de 3.500 plantas, já estão no Faial. Depois destas estarem devidamente instaladas será organizada a receção das restantes orquídeas. No orquidário serão destacadas as orquídeas endémicas dos Açores, nomeadamente a *“Platanthera azorica”*, considerada a orquídea mais rara da Europa.

O orquidário está a ser desenvolvido no âmbito da ampliação do Jardim Botânico do Faial, que praticamente duplicará a sua área e passará a dispor de uma nova zona de conservação *ex-situ* da flora endémica dos Açores. No global, este projeto contribuirá significativamente para a promoção e conservação da flora natural.

A Secretária Regional informou o Conselho que a intenção de rever o regime jurídico da biodiversidade, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 15/2012/A, de 2 de abril, visa suprir algumas lacunas e incongruências reveladas pela experiência resultante da sua vigência. Deu como exemplos, os problemas resultantes da invocação sistemática do princípio da prevenção, por não existir uma listagem exaustiva das espécies cuja posse e introdução deverá ser interdita, bem como a ausência de previsão das situações de dos colecionadores e da reprodução de espécies em viveiros, por forma a que não se impeça o desenvolvimento de determinadas atividades lúdicas e comerciais, desde que regulamentadas. Em qualquer caso, o objetivo principal será sempre a salvaguarda e a preservação da nossa biodiversidade, mas tal requer normas claras e que não promovam a posse e introdução clandestinas.

Neste âmbito, há a intenção de criar um regime geral aplicável a todos os Parques Naturais, deixando para os diplomas referentes a cada ilha apenas a classificação ou reclassificação das áreas protegidas e eventualmente algumas normas especificas que se justifiquem em concreto.

Por outro lado, pretende-se desenvolver um regime legal de inventariação, monotorização e classificação das cavidades vulcânicas dos Açores, em função do respetivo valor estético e geológico e da biodiversidade que lhes está associada.

A Secretária Regional salientou a importância que o Governo dos Açores atribui à realização dos cursos de Guias de Parques Naturais, que chegarão a todas as ilhas, com o objetivo de valorizar o conhecimento das áreas protegidas e os serviços prestados pelos profissionais que conduzem grupos de visitantes a essas zonas.

Quanto à alteração do plano de ordenamento do turismo, a governante informou que esta terá, naturalmente, que respeitar o enquadramento do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) e ser conciliada com os demais instrumentos de gestão territorial em vigor, salvaguardando a importância do nosso património natural e a imagem da Região enquanto destino de natureza, até porque existe espaço para o crescimento de um turismo sustentável, o que não pode ser confundido com turismo de massas.

O Programa do Governo prevê a elaboração de cartas de desporto na natureza para todas as ilhas, as quais serão desenvolvidas em função das caraterísticas e especificidades cada ilha e do respetivo Parque Natural, enquadrando a oferta e a procura de atividades na natureza, em função da respetiva realidade territorial e das infraestruturas e espaços existentes ou a implementar, sem prejuízo da existência de orientações genéricas e da aplicação de critérios transversais que serão desenvolvidos localmente.

A Secretária informou, também, que está já a ser desenvolvido o procedimento de contratação de uma consultadoria técnica para apoio ao processo de elaboração dos Planos de Gestão dos Parque Naturais de Ilha e que, em simultâneo, serão desenvolvidos os Planos de Gestão das Reservas da Biosfera. A submissão das propostas à apreciação dos parceiros e a discussão pública será feita à medida que os documentos vão sendo concluídos, não tendo que serem todos ao mesmo tempo. Estima-se que durante o próximo ano possam ser elaboradas as propostas e desencadeados os processos de consulta das entidades e do público em geral, precedendo a respetiva aprovação.

Referindo-se ao controlo de flora invasoras, a Secretária Regional informou que o pograma Precefias tinha um horizonte temporal definido, o qual já terminou. Não obstante, a ação do Governo dos Açores tem sido desenvolvida de forma integrada e criteriosa, com base no conhecimento existente da realidade. Assim, tem havido um investimento crescente no controlo e combate de flora invasora: em 2012 foram investidos 211.600 euros a que correspondeu uma área de intervenção de 187,4 hectares; em 2013 investiram-se 614.000 euros em 381,2 hectares; em 2014 foram gastos 617.000 euros abrangendo 814 hectares; em 2015 investiu-se 800.000 euros em 817 hectares; e até setembro de 2016 o investimento foi de 802.000 euros numa área de 750 hectares. Os dados evidenciam um aumento significativo da área de intervenção desde 2012, sendo que nem todas áreas são novas, dados existirem trabalhos de manutenção de zonas anteriormente intervencionadas.

Relativamente à proposta do conselheiro Rui Coutinho, a Presidente assumiu que nas próximas reuniões do CRADS deixarão de ser utilizadas águas em embalagens de plástico.

Respondendo à interpelação do conselheiro Virgílio Cruz, a Secretária Regional informou que as medidas previstas no Programa do Governo refletir-se-ão nas Orientações de Médio Prazo e, consequentemente, serão acomodadas com as respetivas dotações financeiras nos Planos Anuais de Investimentos, ao longo da legislatura.

Relativamente à manutenção, valorização e gestão da rede de trilhos pedestres, questões suscitadas pelos conselheiros Paulo Barcelos e Ana Carvalho, a Secretária Regional salientou a importância que o Governo dos Açores atribui a esta matéria, por se tratar de um produto estruturante da oferta e do posicionamento da Região, enquanto destino de natureza.

Para a governante é natural que, com o aumento da procura, haja necessidade de uma maior atenção para com alguns trilhos ou troços. Tratando-se de uma matéria onde intervêm o Ambiente e o Turismo, o facto das duas direções regionais estarem integradas na SREAT poderá trazer vantagens ao nível da coordenação, até porque existe o propósito de criar um núcleo que congregue os vários serviços que operam na rede de trilhos, assegurando uma estratégia integrada e concertada. Por outro lado, existem ainda redes locais de trilhos – não homologados – que são geridos designadamente pelas autarquias, o que reclama também uma maior articulação e uniformização da oferta de trilhos.

**Ponto quatro - Informação sobre o estado de implementação do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), incluído o ponto de situação das medidas de redução do consumo de sacos de plástico, incluindo a taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico distribuídos no comércio a retalho.**

Relativamente a este ponto, foi distribuída aos conselheiros uma informação relativa à implementação do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA) onde se evidencia o estado atual de desenvolvimento de um vasto conjunto de ações com destaque para o Programa de Prevenção de Resíduos.

Na introdução do tema, a Secretária Regional começou por sublinhar alguns aspetos da politica de gestão de resíduos, destacando o grande investimento feito na rede de infraestruturas, em todas as Ilhas.

O Governo dos Açores construiu sete Centros de Processamento de Resíduos nas ilhas com menor população (Corvo, Flores, São Jorge, Pico, Faial e Santa Maria), num investimento global de 38 milhões de euros. No seu conjunto, estes Centros de Processamento de Resíduos geraram mais de uma centena de novos postos de trabalho nas referidas ilhas.

Paralelamente, o Governo dos Açores tem vindo a executar desde 2014 a selagem dos atuais aterros e lixeiras, num investimento total que rondará os 6 milhões de euros e que visa a requalificação e regeneração dos solos e da paisagem, bem como a reposição das condições ambientais envolventes que não eram as melhores.

Estão já concluídas as empreitadas das Flores, Graciosa e Santa Maria. Encontram-se quase terminadas as obras do Corvo, que contemplam a construção de um aterro para resíduos de construção e demolição (RCD) e estão em fase de contratação as empreitadas referentes às ilhas de São Jorge, e do Faial, cujas obras serão executadas em 2017. Em relação às notícias sobre a selagem da lixeira de Santa Cruz das Flores, suscitadas por um requerimento do deputado do PCP, a Secretária Regional informou o CRADS que a lixeira está selada e que a célula de resíduos está intacta, sendo que, em virtude do declive bastante acentuado, o material colocado para cobertura da tela deslizou, por ação dos ventos e da chuva. Não obstante, foi solicitado ao projetista e ao empreiteiro que apresentassem uma solução técnica para resolver o problema do coberto vegetal. Na ocasião, foram mostradas imagens recentes da lixeira que evidenciam não existir qualquer comprometimento das telas da selagem.

Em complemento dos investimentos efetuados pelo Governo dos Açores nas ilhas com menor população, os municípios da Terceira promovem a construção de central de valorização energética de resíduos, a funcionar desde o inicio de 2016, enquanto os municípios de São Miguel têm em curso o procedimento para instalação de um equipamento da mesma natureza.

Uma vez implementada na totalidade a infraestruturas de gestão em alta de resíduos, os Açores conseguirão alcanças dois importantes objetivos, promover a valorização material de mais de metade dos resíduos orgânicos e de embalagens produzidas e reduzir a deposição em aterro para quantitativos residuais.

A Secretária Regional fez referência ao facto de, no que respeita à valorização material de resíduos urbanos – reciclagem e compostagem – os Açores, em poucos anos, terem passado do fim do pelotão para a linha da frente, em termos nacionais, salientando que se passou de 13% de valorização de resíduos urbanos, em 2012, para 31%, em 2015, com a correspondente redução na eliminação em aterro.

No que respeita à reciclagem de resíduos urbanos de embalagens, no ano de 2015 cada açoriano valorizou, em média, 42,2 quilos de materiais originados na recolha seletiva, quanto a média nacional foi de 31 quilos por habitante. No ano de 2016, e apenas até outubro, já foram ultrapassados os quantitativos de todo o ano de 2015, atingindo-se os 44,1 quilos por habitante, claramente acima da média nacional de 27,2 quilos.

Em paralelo, tem-se desenvolvido um conjunto de ações que visam sobretudo a prevenção, ou seja, a redução da produção de resíduos. Uma dessas medidas foi a taxa aplicada sobre a disponibilização de sacos plásticos no comércio a retalho. Desde o passado dia 1 de abril que as medidas estão já em aplicação nas grandes superfícies comerciais, passando no próximo dia 1 de abril a abranger a totalidade do comércio a retalho da Região.

A terminar a sua intervenção, a Secretária Regional informou o CRADS que a Direção Regional do Ambiente organizou ações de informação, em todas as ilhas, dirigidas aos comerciantes no âmbito das medidas de redução dos sacos de plástico, as quais tiveram início no Faial no mês de novembro de 2016 e terão continuidade nos próximos meses nas restantes ilhas.

De seguida tomou a palavra o conselheiro Paulo Barcelos, lamentando que os documentos referentes a este ponto da agenda apenas tenham sido distribuídos no inicio da reunião e pedindo que, no futuro, fossem enviados antes das reuniões para poderem ser devidamente analisados.

O conselheiro Mário Reis, representante da ACRA, usou a palavra para criticar o momento e a opção tomada relativamente às medidas de combate aos sacos de plástico, acrescentando que não deveria ter sido lançada uma taxa sobre os sacos de plástico, mas antes distribuindo sacos de pano pelas pessoas, o que levaria a que, dentro de 2 a 3 anos, seriam erradicados os sacos de plástico, pois o combate ao plástico faz-se substituindo esses produtos por outros que sejam recicláveis e não pela aplicação de taxas.

Por sua vez, o representante da Quercus, Rui Coutinho, começou por louvar a excelente informação que existe no SRIR (Sistema Regional Informação de Resíduos), sendo extremamente importante e útil, pois permite fazer a avaliação e acompanhamento da situação da Região.

O conselheiro Rui Coutinho pediu, ainda, que se fosse facultada informação sobre os custos dos investimentos efetuados nos Centros de Processamento de Resíduos, descriminada por ilha, e questionou o dimensionamento e os montantes de investimento na incineradora de São Miguel.

Ainda em relação à central de valorização energética de resíduos de São Miguel, o conselheiro Rui Coutinho questionou a eventual necessidade da sua construção, considerando a capacidade excedentária da incineradora da ilha Terceira, já instalada, e manifestou dúvidas quanto a ser a melhor opção do ponto de vista ambiental, económico e das necessidades energéticas para São Miguel, quando se faz depender a sua viabilidade financeira da construção de uma central hídrica reversível, com acumulação de grandes quantidades de água, numa ilha de caraterísticas sísmica muito peculiares como São Miguel.

Usou da palavra o conselheiro Diogo Caetano, dos Amigos dos Açores, demonstrando concordância com as questões levantadas pelo conselheiro Rui Coutinho relativamente ao tratamento de resíduos e à construção de uma incineradora em São Miguel, a qual, no entendimento do conselheiro, irá comprometer as medidas preventivas da produção. Acrescentou, ainda, que ao longo do processo nunca foram consideradas soluções alternativas, nem feita a reflexão necessária, e que os promotores discutam o tratamento dos resíduos falando, quase exclusivamente, de produção de energia e de megawatts, sendo o megawatt mais caro da Região e que necessita de uma central hídrica reversível para se justificar.

O representante da ACRA, Mário Reis, propôs que o Governo Regional provocasse a suspensão do processo de construção da incineradora, por forma a haver um período de reflexão, pois entendo que o assunto não está ser bem avaliado e que merecia ser melhor estudado, assegurando uma decisão final muito mais ponderada.

A conselheira Ana Carvalho, da GÊ-Questa, disse acompanhar na generalidade as opiniões manifestadas pelos conselheiros relativamente à incineradora e alertou para a importância de dar continuidade a um conjunto de ações do programa de prevenção da produção de resíduos, como por exemplo a promoção da compostagem doméstica, o uso de fraldas reutilizáveis e a sensibilização para a reutilização de roupa usada. Relativamente à redução dos resíduos de embalagens fez referência ao surgimento de pontos de venda a granel, que devem ser estimulados, e sugeriu que, pelo menos nos serviços públicos, as máquinas de água existentes não utilizassem copos de plástico, incentivando os trabalhadores a usarem o seu cantil.

Outra questão abordada pela conselheira Ana Carvalho foi a concentração de beatas nas praias, propondo o desenvolvimento de uma campanha de sensibilização para o problema, acompanhada da disponibilização de recipientes para a colocação das beatas.

Na sequência das intervenções anteriores, o conselheiro Paulo Barcelos propôs que uma próxima reunião do CRADS seja efetuada na ilha Terceira e que fosse convidado alguém da Teramb para partilhar com o Conselho a experiência do processo da central de valorização energética da Terceira, uma vez que esta já leva alguns meses de funcionamento e que existirão aspetos positivos a considerar.

De seguida, voltou a usar da palavra o conselheiro Rui Coutinho, para salientar que Quercus não é contra a construção da incineradora em São Miguel, mas acham que esta deve ser devidamente dimensionada, tendo em conta a produção de resíduos da ilha.

Neste contexto, tomou a palavra o conselheiro Virgílio Cruz, representante da Universidade dos Açores, manifestando-se sensível aos argumentos apresentados pelas organizações não governamentais presentes no CRADS, nomeadamente no sentido de ser promovida uma reflexão cuidadosa sobre esta temática e que a análise incida mais sobre os processos do que os valores em questão.

O conselheiro Virgílio Cruz questionou, ainda, sobre os procedimentos de monitorização ambiental das selagens das lixeiras e aterros, bem como quanto à monitorização das emissões da Central de Valorização Energética da Terceira, pedindo informação sobre os poluentes monitorizados e os valores registados.

Usou também da palavra o conselheiro Joaquim Teodósio, da SPEA, para deixar o entendimento de que as campanhas de sensibilização em matéria de resíduos devem conter uma mensagem agressiva e dirigida à população.

Não havendo mais intervenções dos conselheiros, a Presidente do Conselho passou aos esclarecimentos, começando por concordar com o conselheiro Joaquim Teodósio qunado defende que as campanhas de sensibilização devem realmente ser mais agressivas e bem direcionadas para os públicos-alvo.

Prosseguindo com os esclarecimentos, a Secretária Regional informou que as medidas de redução do consumo de sacos plásticos têm como objetivo central promover uma mudança efetiva de hábitos e não a obtenção de uma receita, chamando a atenção para a estimativa de que, nas duas maiores superfícies comerciais de Ponta Delgada (Continente e Solmar), o consumo de sacos de plástico, em apenas 6 meses, terá sido de menos 5 milhões do que em período idêntico do ano passado.

A Secretária Regional salientou, ainda, que o eventual investimento em centrais hídricas reversíveis, em São Miguel e na Terceira, é da exclusiva responsabilidade da Eletricidade dos Açores (EDA) e que visa incrementar o consumo das energias renováveis, independentemente da construção ou não das incineradoras, uma vez que temos na geotermia uma fonte de produção estável, mas isso já não acontece com as eólicas nem com a energia solar, que não conseguem garantir a estabilidade da rede.

De seguida, passou a palavra ao Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Jorge, para dar algumas informações relativas às centrais de valorização energética, notando que as opções tomadas, quer na Terceira que em São Miguel, foram da exclusiva responsabilidade das respetivas associações de municípios, em respeito pelo quadro normativo vigente à data das decisões.

O Diretor Regional começou por informar que existe um programa de monotorização dos aterros e lixeiras selados, a implementar em função da conclusão das respetivas obras.

Quanto às emissões da Central de Valorização Energética da Terceira, o Diretor Regional informou que existe um programa de monitorização, conforme estabelecido da respetiva Declaração de Impacte Ambiental (DIA), incluindo medições em contínuo. Os dados dos primeiros meses de operação não revelam qualquer registo de incumprimento e, na generalidade, as emissões estão bastante abaixo dos valores limite, afastando qualquer ideia de que a incineradora pode estar a contaminar o ar e a atmosfera. Esses dados passarão a ser disponibilizados no âmbito dos Relatórios da Qualidade do Ar dos Açores.

Relativamente às incineradoras, o Diretor Regional do Ambiente salientou que o debate em torno da sua construção tem largos anos e que os primeiros projetos, quer para a Terceira quer para São Miguel, tinham dimensionamentos muito superiores ao executado pela Teramb e ao que está projetado pela Musami – a CVE da Terceira foi inicialmente projetada para 77 mil toneladas/ano e acabou construída num pressuposto de 40 mil toneladas/ano, enquanto a CVE de São Miguel começou por ser projetada para 138 mil toneladas/anos e, atualmente, prevê um processamento anual na ordem das 70 mil toneladas. O Diretor Regional fez referência à ação empenhada do anterior Secretário Regional do Ambiente, engenheiro Luís Neto Viveiros, junto dos promotores de ambos os projetos e que conduziu à redução dos dimensionamentos.

Apesar da redução para cerca de metade do previsto inicialmente, muitas das discussões de hoje continuam a ser alimentadas com dados do passado, o que gera confusão e promove a distorção da realidade.

O Diretor Regional informou ainda que a Musami está a desenvolver um projeto para uma unidade de tratamento mecânico e biológico (TMB) de resíduos urbanos, com vista a retirar mais 9.900 toneladas de resíduos valorizáveis do indiferenciado, o que, em conjunto com as outras soluções técnicas, permite atingir as 30 mil toneladas de valorização de resíduos de embalagens e resíduos orgânicos, cumprindo com a meta de 50% que lhe está imposta, sem afetar o dimensionamento previsto para a incineradora.

Ainda em relação à ilha Terceira, o Diretor Regional informou que o dimensionamento da central de valorização energética para 40 mil toneladas foi feito no pressuposto de recorrer à mineração de resíduos depositados nas das células de aterro, na ordem das oito a dez mil toneladas por ano. No ano de 2016 foram mineradas cerca de 6 mil toneladas de resíduos do aterro.

Para o Diretor Regional a opção pela incineração é tecnicamente adequada à nossa realidade insular, defendendo que, pelo menos no caso de São Miguel, a mesma deve ser complementada o tratamento mecânico biológico (TMB) do indiferenciado, tal como está ser projetado pela Musami, sendo que a rentabilidade da unidade TMB está assegurada com a publicação do Despacho nº 2754/2016, de 5 de dezembro, que fixa um valor de contrapartida para os plásticos e para as embalagens de cartão para alimentos líquidos, com origem nos Açores, três vezes superior ao previsto para o restante território nacional, concretamente valor de 352,52 euros por tonelada de plásticos e 321,30 euros por tonelada de ECAL.

A terminar, o Diretor Regional referiu, ainda, que quando falamos de metas de gestão de resíduos não nos devemos fixar exclusivamente na valorização material (reciclagem e compostagem), sendo de atender, também, aos objetivos de desvio de resíduos biodegradáveis de aterro, para os quais as incineradoras podem contribuir decisivamente.

A fechar o debate deste ponto da ordem de trabalhos, a Secretária Regional afirmou ter tomado boa nota da posição da conselheira Ana Carvalho, relativamente à preocupação da redução e utilização das embalagens, as quais serão certamente consideradas nos projetos que estão a ser desenvolvidos.

**Ponto cinco - Apresentação dos trabalhos de avaliação e de alteração dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas (POBHLF) e das Sete Cidades (POBHLSC).**

Na introdução deste ponto da agenda, a Secretária Regional referiu que compete ao CRADS, acompanhar e emitir parecer sobre as questões relacionadas com os recursos hídricos, incluindo o respetivo planeamento e informou que o Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas (POBHLF), aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 2/2005/A, de 15 de fevereiro, e o Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades (POBHLSC), aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 3/2005/A, de 16 de fevereiro, foram os primeiros planos de ordenamento de bacias hidrográficas de lagoas a serem aprovados na Região e que as conclusões dos recentes relatórios de avaliação dos mesmos apontam para a necessidade de proceder à sua alteração, adequando-os às atuais condições económicas, sociais, culturais e ambientais, e identificam os aspetos que carecem dessa atualização, designadamente no que concerne aos respetivos regulamentos e cartografia. Consequentemente, pela Resolução do Conselho do Governo nº 106/2015, de 15 de julho, foi determinada a alteração daqueles planos especiais de ordenamento do território, cujos trabalhos têm decorrido ao longo dos últimos meses.

Seguidamente passou a palavra coordenadora da Divisão de Ordenamento do Território e dos grupos de acompanhamento dos processos de alteração dos referidos Planos, Melânia Rocha, para a apresentação dos trabalhos desenvolvidos até ao momento. A apresentação foi feita com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

Concluída a apresentação, seguiu-se um período de debate sobre a matéria em questão.

Abriu o debate o conselheiro Paulo Barcelos, questionando em que medida a não concretização de algumas ações previstas nos Planos, sobretudo nas Furnas, tiveram influência na evolução da qualidade da água.

Em resposta, a coordenadora da Divisão de Ordenamento do Território esclareceu que nem todos os dados estão na apresentação, mas constam dos relatórios e estão disponíveis no Portal do Ordenamento do Território, concretamente as ações que foram executadas e as que ainda não foram realizadas, que existem ações que foram substituídas por outras e há ações que não foram realizadas, mas também não estão diretamente relacionadas com os objetivos dos Planos.

Neste contexto, o Diretor Regional do Ambiente deu nota que o Governo cancelou um procedimento que visava a artificialização de parte significativa das margens da Lagoa das Furnas, com um custo de vários milhões de euros e sem impactes diretos na qualidade da massa de água, e que esta reversão teve como objetivo manter e até intensificar as áreas naturais no perímetro da lagoa.

Tomou a palavra o conselheiro Mário Reis para questionar sobre as razões da existência de níveis de fosfatos ainda bastantes elevados nos solos da bacia hidrográfica da Lagoa das Furnas, não obstante todos os esforços que têm sido feitos para retirar as unidades agrícolas da periferia da lagoa. Questionou ainda se os dados relativos à qualidade da água na Lagoa das Sete Cidades são melhores que os da Lagoa das Furnas.

Em resposta, a Secretária Regional esclarecer que efetivamente a qualidade da água na Lagoa das Sete Cidades é melhor que a da Lagoa das Furnas, em especial na Lagoa Azul, e que tal se deve às intervenções de desvio de afluentes para a Lagoa. Por sua vez, nas Furnas a quantidade de nutrientes nos solos da bacia hidrográfica continua a ser bastante elevada e com enorme risco de afluírem à massa de água, pelo está em curso uma relevante obra hidráulica que visa o desvio dos caudais da Ribeira do Salto da Inglesa, atuando sobre a origem dos nutrientes. Paralelamente, está também prevista a florestação de mais de 60 hectares de pastagem no Pico do Touro.

A governante salientou, ainda, o esforço feito para a recuperação do estado trófico das lagoas das Furnas e das Sete Cidades, e que está previsto instalar uma nova exposição no CMIF (Centro de Monitorização e investigação das Furnas) dedicada a esse trabalho, dando-o a conhecer e partilhando os seus resultados com a comunidade.

Usou da palavra o conselheiro Virgílio Cruz para dar nota de que a eutrofização é um dos problemas ambientais mais graves da Região, identificado, pelo menos, desde 1988 e que se fosse um problema de fácil resolução não continuaria a ser discutido neste momento. O conselheiro Virgílio Cruz aproveitou para fazer aquilo que designou de um triplo elogio à Direção Regional do Ambiente (DRA) – um primeiro pela apresentação efetuada dos relatórios de avaliação, um segundo pelo conteúdo dos relatórios de avaliação dos Planos que estão muito bem conseguidos, ao ponto de ele próprio já os ter utilizado em trabalhos científicos, e um terceiro pela decisão de reformular os Planos na medida do possível e adequando-os aos tempos e conhecimentos atuais. Referiu, ainda, que a Universidade dos Açores, apesar de não fazer parte das comissões consultivas dos Planos, estará sempre disponível para colaborar no que for necessário e em função do conhecimento agregado ao longo destas décadas.

Outro aspeto abordado pelo conselheiro Virgílio Cruz foi a necessidade de, para além da redução da componente do transporte de nutrientes para a água, se avaliar as quantidades de nutriente presente na massa de água, incluindo o fósforo que está depositado nos sedimentos da lagoa e que é, periódica e naturalmente, libertado para a água.

Interpelado pelo conselheiro Mário Reis sobre a eventual dragagem do fundo da lagoa, o conselheiro Virgílio Cruz esclareceu que os sedimentos no fundo da lagoa contribuem para a sua impermeabilização e que uma intervenção de dragagem, sem se conhecer a espessura dos sedimentos e o fundo da lagoa em pormenor, seria muito arriscado.

O conselheiro Rui Coutinho deu nota que aos dados de batimetria da Lagoa das Furnas evidenciam uma redução de profundidade bastante significativa e que o transporte de sedimentos pode estar associado a fenómenos de grande pluviosidade, implicando também o arrastamento de fósforo e outros nutrientes para a lagoa, o que constitui um problema. Para o conselheiro Rui Coutinho deve ser afastado qualquer cenário de dragagem, investindo-se antes no controlo do acesso de carga sólida, pois quaisquer experiências menos ponderadas podem resultar em manobras catastróficas.

Por sua vez, a Secretária Regional esclareceu que as ações em curso ou em preparação não se limitam ao controlo e retenção de caudais, estando a ser desenvolvidos projetos e estudos que visam atuar diretamente sobre a massa de água, numa dupla perspetiva, estética e curativa. Para a governante uma ação persistente, embora segura, trará resultados bastante mais positivos, no futuro próximo.

**Ponto seis - Apresentação dos trabalhos de elaboração do plano regional para as alterações climáticas (PRAC).**

Entrados neste ponto da agenda, a Secretária Regional referiu que compete ao CRADS, acompanhar a elaboração de programas relacionados com as políticas regionais para as alterações climáticas, sendo nesse contexto que se traz ao Conselho uma apresentação sobre o processo de elaboração do Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), atualmente em curso.

Para a governante, com a entrada em vigor do Acordo de Paris sobre redução de gases com efeito de estufa, o Mundo enfrenta um momento histórico e decisivo no que respeita ao combate às alterações climáticas.

Os Açores têm neste momento em curso o processo de elaboração do PRAC, determinado pela Resolução do Conselho do Governo nº 93/2014, de 28 de maio, tendo a elaboração da proposta sido adjudicada, em concurso público internacional, a uma equipa externa e é acompanhado por um grupo de trabalho multissetorial, constituído nos termos da referida Resolução, sendo que, de acordo com o contratado, a proposta do PRAC deverá ficar concluída ainda no primeiro semestre de 2017.

Seguidamente passou a palavra à Diretora de Serviços da Qualidade Ambiental, Sónia Santos, para a apresentação dos trabalhos desenvolvidos até ao momento. A apresentação foi feita com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

Concluída a apresentação, seguiu-se um período de debate sobre a matéria em questão.

Tomou a palavra o conselheiro Virgílio Cruz, que elogiou a apresentação efetuada e questionou quando é que poderá ter acesso aos documentos preparatórios do PRAC, até porque se trata de um documento importante para a Região. Na ocasião, mostrou preocupação pelos recursos hídricos subterrâneos que abastecem 98% dos utilizadores de água nos Açores e que podem ser fortemente impactados pelas alterações climáticas de variadas formas, destacando a salinização dos aquíferos costeiros, e abordou também os impactes nas zonas costeiras, nomeadamente a questão da erosão costeira, e questionou de que forma é que o aumento da perigosidade eventual dos movimentos de massa foi tratado neste documento.

A Diretora de Serviços da Qualidade Ambiental esclareceu que ainda é cedo para responder às questões suscitadas, pois os relatórios setoriais ainda estão a ser elaborados. Quanto à disponibilização dos dados referiu que o Plano será submetido a consulta pública e que, ainda antes desta, haverá um processo de uma auscultação de várias entidades com interesse na matéria, incluindo a Universidade dos Açores.

**Ponto sete - Audição do CRADS sobre os eventuais critérios a considerar na identificação e avaliação da capacidade de carga e da pressão do uso e fruição das áreas sensíveis incluídas nos Parques Naturais dos Açores, com vista à sua melhor regulação para proteção ambiental e da paisagem.**

Na introdução deste ponto da agenda, a Presidente do Conselho, referiu que compete ao CRADS aconselhar as instâncias governamentais competentes em matéria de ambiente e acompanhar a elaboração e aplicação de estratégias de desenvolvimento sustentável, bem como se pronunciar em matéria de conservação da natureza, da biodiversidade, geodiversidade e da paisagem. Deu nota que os objetivos de sustentabilidade enunciados no Programa do XII Governo dos Açores, associados ao valor patrimonial e à sensibilidade dos ecossistemas das nossas áreas protegidas, exigem uma monitorização permanente e um controlo efetivo das suas principais ameaças, designadamente a pressão antrópica.

Neste contexto, o Programa do XII Governo prevê expressamente a “identificação e avaliação da capacidade de carga e da pressão do uso e fruição das áreas sensíveis incluídas nos Parques Naturais de Ilha dos Açores, com vista à sua melhor regulação para proteção ambiental e da paisagem”, sendo este um processo, conforme assumido no debate do Programa do Governo, que deve ser construído e implementado em diálogo estreito e permanente com os setores interessados, designadamente a comunidade científica, as organizações não-governamentais de ambiente e as entidades que operam nessas áreas.

Para a Secretária Regional, pretende-se recolher a opinião e as sugestões do CRADS quanto à eventual necessidade de alterar as regras atuais onde elas já existem, por exemplo na Montanha do Pico, na Caldeira do Faial e no Ilhéu de Vila Franca, bem como quanto à eventual necessidade de criar regras em outros espaços em concreto, designadamente quais e em que medida.

No período de discussão, tomou a palavra o conselheiro Paulo Barcelos, notando que estamos num conselho regional do ambiente, mas que esta temática não pode deixar de ser abordada numa dupla perspetiva, englobando o turismo, tanto mais numa altura em que a SREAT tutela as duas áreas.

Na sua intervenção o conselheiro Paulo Barcelos aludiu ao facto de termos nos Açores recursos naturais ambientalmente classificados e que são alvo de visitação, sendo que sempre que áreas com grande importância em termos ambientais e de património natural estejam, manifestamente, a ser pressionados pela visitação haverá que tomar medidas, por forma a evitar a sua degradação, sejam encerramentos temporários para recuperação, seja a fixação ou a redução de capacidades de carga ou até a restrição do acesso a pessoal certificado pelos Parques Naturais. Num ou noutro sentido, este tipo de decisões têm efeitos não só sobre o património natural como na economia.

Usando da palavra o conselheiro Rui Coutinho salientou a importância da Lagoa do Fogo, em São Miguel, desde logo para o abastecimento de água da ilha, defendendo uma abordagem prioritária, desde logo avaliando as capacidades de carga e as pressão sobre o meio natural.

Para o conselheiro Joaquim Teodósio deve caber ao CRADS tudo o que diga respeito ao turismo de natureza e que possa ter impacto na biodiversidade e no ambiente dos Açores. Salientou a experiência da SPEA que tem procurado nos implementar nos seus vários projetos uma vertente da sustentabilidade que vai para além da mera conservação da biodiversidade, pois é importante que as comunidades sintam a conservação da natureza e um modelo de turismo sustentável associado com uma mais valia. O turismo de natureza pode e deve ser aproveitado como uma via para reforçar os programas de conservação da natureza e preservação da biodiversidade dos Açores, dado como exemplo o projeto Life Priolo, que promove a visitação das áreas naturais, acompanhada de medidas de monotorização dos trilhos pedestres por esses terem um valor importante no conhecimento da biodiversidade e a também a nível turístico naquela zona do Parque Natural de são Miguel.

O conselheiro Joaquim Teodósio defendeu, ainda, o alargamento da Carta Europeia de Turismo Sustentável a outras zonas dos Parques Naturais dos Açores, já que se trata de uma rede que a abrange mais 8 parques naturais em Portugal e mais de 150 parque naturais a nível europeu.

Por último, alertou para a necessidade de preservas e monitorizar algumas zonas reservadas, aferindo se a carga e as estruturas são as adequadas para não provocar degradação do meio natural, evitando que que hajam abusos e danos irreversíveis.

Tomou a palavra o Conselheiro Diogo Caetano sustentando que este assunto deveria ter sido discutido antes da liberalização do espaço aéreo, até porque já era previsível o aumento da pressão turística nos locais mais procurados.

Para o representante dos Amigos dos Açores, as medidas que venham a ser tomadas devem integrar uma estratégia de médio e longo prazo, até porque a tendência é para aumentar a procura turística, por forma a minimizar os danos nesses locais sujeitando ao mínimo impacte possível. Entende que os casos referidos pela Secretária Regional da Montanha do Pico, da Caldeira do Faial e do Ilhéu da Vila Franca do Campo são exemplos de uma gestão que está amadurecida e onde já existem regras e condicionantes de acessos, admitindo que possam ainda receber algumas melhorias. O conselheiro chamou atenção para a Caldeira Velha e a Ferraria, em São Miguel, considerando que necessitam de uma melhor gestão particularmente na época alta, e considera que se deve refletir sobre o modelo que se quer implementar na Lagoa do Fogo.

Na sequência das intervenções dos conselheiros, usou da palavra a Secretária Regional afirmando que o Governo dos Açores não pretende tomar medidas atabalhoadas nem de remediação e que a intenção é refletir com os parceiros e construir soluções eficazes e de futuro.

De seguida informou o Conselho de que se teria que ausentar da reunião, lamentando não poder continuar até ao final, tendo-se feito substituir, na condução dos trabalhos, pelo Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Jorge.

Já com o Diretor Regional do Ambiente na condução dos trabalhos, usou da palavra a conselheira Ana Carvalho, da Gê-Questa, para referir que a definição de capacidades de carga não é um exercício fácil e defender, consequentemente, o estabelecimento imediato de restrições de acesso a zonas mais sensíveis, bem como a formação de Guias dos Parques Naturais. Referiu-se, também, à eventual cobrança de taxas de acesso, as quais devem ser consignadas à conservação da natureza.

O conselheiro Paulo Barcelos interveio para considerar este assunto de extrema importância e absolutamente crítico para o futuro das áreas protegidas dos Açores, sugerindo que seja efetuado um trabalho de inventariação de sítios mais críticos e que as soluções têm de ser pensadas e implementadas o quanto antes.

O conselheiro João Medeiros, da Azulinvade, manifestou-se favorável à implementação de regras para se usufruir dos espaços naturais, as quais devem ser acompanhadas de meios efetivos de fiscalização. Para este conselheiro podemos ter nos Açores ambiente sem turismo, mas nunca teremos um produto turístico sem ambiente e que a preocupação deve centrar-se, também, no tipo e na qualidade dos turistas que vem aos Açores.

O representante da Autoridade Marítima, conselheiro Paulo Rafael da Silva, alertou para a pressão de associações locais de motonáutica que querem fazer eventos junto a locais de nidificação de aves e que a legislação dos Parques Naturais é demasiado restritiva.

O conselheiro Virgílio Cruz salientou que estamos a tratar de áreas muito diferentes entre si e que existe uma dificuldade efetiva no controlo do número de visitantes, com exceção daquelas onde existe venda de bilhetes ou acesso controlado, mas existem áreas sobre as quais não temos conhecimento da procura e para as quais importaria fazer um controlo, uma contagem para saber quantas pessoas frequentam esses locais, antes de se tomar alguma decisão.

De seguida, tomou a palavra o Diretor Regional do Ambiente para dar nota de que está a ser feito o trabalho de monitorização de algumas dessas áreas de acesso livre, como é o caso da Lagoa do Fogo onde são efetuadas contagens de visitantes. O Diretor Regional referiu ainda que existe trabalho relativo ao condicionamento do acesso por meio motorizados à Fajã da Caldeira de Santo Cristo, em São Jorge, a um regulamento de acesso ao trilho de subida ao Vulcão dos Capelinhos, no Faial, à avaliação das presenças nos dias de maior procura na Caldeira Velha, em São Miguel, e ainda de reflexão quando ao tipo de operação de acesso marítimo ao Ilhéu de Vila Franca do Campo.

Neste contexto, ficou o compromisso de que a Direção Regional de Ambiente trará à próxima reunião um conjunto de propostas concretas, que considerem a avaliação efetuada e as caraterísticas de cada área protegida.

Ainda sobre este ponto, o conselheiro Joaquim Teodósio aproveitou para acrescentar que uma das possibilidades de reduzir a pressão em determinados sítios é distribuir essa procura por outros pontos de interesses, diversificando a oferta, mesmo que isso implique um trabalho de sensibilização dos operadores turísticos que, em regra, têm uma oferta já formatada e pouco flexível.

**Ponto oito - Apresentação e análise do Relatório Anual do Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2015.**

O Diretor Regional do Ambiente passou a palavra ao Presidente do Conselho de Administração da ERSARA, Hugo Pacheco, para proceder à apresentação do ponto em discussão.

A apresentação do Presidente da ERSARA foi feita com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

Concluída a apresentação, seguiu-se um período de debate sobre a matéria em questão.

Usou da palavra o conselheiro Joaquim Teodósio questionando se o controlo objeto do presente relatório é feito também nos reservatórios e nas nascentes antes dos tratamentos.

Em resposta o Presidente da ERSARA, Hugo Pacheco, esclareceu que o trabalho é efetuado na torneira dos consumidores, sendo que a partir de outubro de 2017 vão ser implementados os Planos de Segurança da Água que contemplam controlos nas nascentes, passando a entidade gestora a ter a obrigação de controlar a qualidade ao longo de todo o sistema, desde a captação até à torneira do consumidor.

O Diretor Regional do Ambiente acrescentou ainda que foi aprovado e publicado já em 2016 o Decreto Legislativo Regional nº 10/2016/A, de 16 de junho, que estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na Região Autónoma dos Açores, o qual veio obrigar a entidade gestora a vedar e manter a zona de proteção imediata das captações.

Usaram da palavra os conselheiros Rui Coutinho, da Quercus, e Virgílio Cruz, da Universidade dos Açores, ambos para saudarem a apresentação efetuada pelo Presidente da ERSARA e a melhoria observada ao longo dos anos na qualidade da água nos Açores, bem como para louvarem a aprovação do diploma referente aos perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas.

**Ponto nove - Apresentação sobre os trabalhos de análise e acompanhamento dos trabalhos de reabilitação para a melhoria da situação ambiental envolvente aos furos de abastecimento de água do concelho de Praia da Vitória.**

Após o enquadramento do acompanhamento que a ERSARA tem feito aos trabalhos de análise e acompanhamento dos trabalhos de reabilitação para a melhoria da situação ambiental envolvente aos furos de abastecimento de água do concelho de Praia da Vitória, o Diretor Regional do Ambiente passou a palavra ao Presidente da ERSARA para proceder à sua apresentação.

A apresentação do Presidente da ERSARA foi feita com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

Concluída a apresentação, seguiu-se um período de debate sobre a matéria em questão.

Tomou a palavra o conselheiro Virgílio Cruz, da Universidade dos Açores, para chamar atenção que se está perante um problema muito complexo de poluição de águas subterrâneas, um problema de contaminação por hidrocarbonetos, que podem ser do tipo mais leves ou mais densos. Para o conselheiro, uma vez que os dados apresentados mostram que a remoção dos hidrocarbonetos está a ser pouco eficaz, não se pode ficar à espera que esses poluentes fiquem imóveis no subsolo, sendo certo que eles se vão e podem ser arrastados pela água subterrânea, apelando que o Governo Regional esteja atento e acompanhe com muito cuidado esta questão.

O conselheiro Virgílio Cruz deixou, ainda, um reparo pelo facto do Governo Regional recorrer aos serviços do LNEC, quando a Universidade dos Açores já fez investigação aprofundada sobre os aquíferos dos Açores, com reconhecimento internacional, sugerindo ainda que fosse criado um grupo de peritos regionais que pudesse olhar para todo o manancial de informação existente, que é muito vasto e tecnicamente complexo, estudando-o com muito pormenor.

A terminar, o conselheiro Virgílio Cruz referiu que estamos perante um problema que não atinge ainda os furos da Praia da Vitória, mas que os poluentes evoluem e podem atingir o aquífero basal onde é feita a exploração de água para consumo.

Tomou a palavra o conselheiro Rui Coutinho, da Quercus, alertando para o facto de existirem outros locais com poluição do mesmo género, designadamente zonas de exercícios de combate a incêndios efetuados em aeroportos, postos de abastecimento de combustível e algumas unidades industriais, manifestando o entendimento de que deveriam ser estudadas essas áreas.

**Ponto dez – Outros assuntos.**

No último ponto da agenda o conselheiro Rui Coutinho, da Quercus, voltou a solicitar informação sobre os valores de investimento em cada um dos Centros de Processamento de Resíduos construídos pelo Governo Regional.

O referido conselheiro solicitou, ainda, que fosse produzido um documento onde constassem os números que foram mencionados sobre a questão dos resíduos.

O Diretor Regional do Ambiente esclareceu que a informação detalhada sobre o investimento em cada um dos Centros de Processamento de Resíduos foi prestada na última reunião do CRADS e que a mesma será enviada ao conselheiro, através de correio eletrónico, e que em relação aos dados dos resíduos esses serão registados na ata da reunião.

Concluídos todos os pontos da agenda, o Diretor Regional do Ambiente agradeceu a colaboração e a capacidade de resistência de todos os conselheiros e deu por encerrada a reunião, quando eram dezanove horas e trinta minutos, tendo sido lavrada a presente ata que eu, Patrícia Alexandra Marques Morais, na qualidade de secretária-geral do CRADS, a redigi e subscrevo:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Aprovada, na Horta, aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete,

A Secretária Regional da Energia Ambiente e Turismo

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_